

## ***STF: sua constituição***

---

**ADHEMAR FERREIRA MACIEL\***

*Juiz Federal e professor da Faculdade de  
Direito Milton Campos, em Belo Horizonte.*

Talvez não haja exagero em se afirmar que um governo é mais democrático na medida em que o Judiciário exerce maior atividade. Quanto mais democrático é um Estado, maior o desempenho do juiz na solução dos conflitos de interesses de particulares entre si ou desses últimos com administração pública.

No Brasil – o que já atesta o regime democrático em que vivemos – nunca se viu tanta solicitação ao Judiciário. Em uma democracia, o Judiciário deve ser o desaguadouro final de toda dúvida ou incerteza jurídica.

Com o fim de diminuir erros e injustiças, o Judiciário é escalonado em pelo menos dois graus; um órgão superior reexamina a decisão proferida pelo órgão inferior. Mesmo sendo o juiz de primeiro grau independente do juiz do segundo grau, julgando o caso de acordo com sua consciência e seu modo de ver a lei, é o último grau que sempre dá a palavra final.

Se é importante o recrutamento do pessoal judicamento de primeiro grau, mais importante ainda, como se infere, é a escolha do juiz de último grau. Com esse – e não aquele – é que estará a razão oficial.

No Brasil, onde se seguiu mais ou menos de perto o sistema norte-americano, o presidente da República, no caso de vaga existente nos tribunais superiores, escolhe o nome de um cidadão "de notável saber jurídico e reputação ilibada" e o submete à aprovação "passiva" do Senado Federal. "Passiva" porque nosso Senado se limita, por maioria absoluta, a aprovar ou não o indicado. O máximo que pode fazer é

"argüir" o candidato (CF-88, art. 52, III, "a"). Nos Estados Unidos, ao contrário, a nomeação pelo presidente da República é feita com "a recomendação e aprovação" (*with the Advice and Consent* do Senado). O Senado, assim, não se limita a aprovar ou não o indicado. Pode fazer gestões e até pressões sobre o Executivo para que ele não indique ou mesmo indique tal ou qual nome.

Na República norte-americana houve casos memoráveis de recusa pelo Senado. Um deles, que surgiu nos albores da vida republicana, é o de John Rutledge, um dos que assinou, pela Carolina do Sul, a Constituição americana, Rutledge, que já ocupava uma cadeira na Suprema Corte (*Associate Justice*), foi indicado por George Washington para exercer a presidência da Corte (*Chief Justice*), vez que John Jay havia deixado o cargo em 29.06.1795. O Senador Oliver Ellsworth (mais tarde juiz da Suprema Corte), federalista ferrenho, desencadeou uma campanha contra o indicado, que acabou, em escrutínio de 14 a 10, por ter seu nome rejeitado pelo Senado.

No Brasil tivemos um caso que, de certo modo, guarda alguns pontos em comum com o de Rutledge. Também no início de nossa vida republicana, o marechal Floriano Peixoto, um dos pais do novo regime político, indicou o nome do respeitado médico Cândido Barata Ribeiro para ocupar a vaga deixada pelo ministro Joaquim da Costa Barradas no Supremo Tribunal Federal. A Constituição então vigente (1891) não exigia, como as Cartas e as Constituições posteriores, "notável saber jurídico". Só falava em "notável saber" (art. 56). Houve uma indignação geral no mundo jurídico. O ministro das Relações Exteriores, Carlos de Carvalho, ao ler no Diário Oficial de 24.10.1893 o nome indicado, renunciou. Os magistrados da Capital da República fizeram uma representação, exigindo que se interpretasse corretamente a cláusula constitucional.

O senador e constitucionalista João Barbalho, mais tarde membro do Supremo Tribunal Federal, foi o relator da Comissão de Justiça e Legislação do Senado Federal. Baseou-se em parecer elaborado por Campos Salles. Assentou-se, então, em definitivo, que "saber", por mais notável que fosse, como o do método Barata Ribeiro, tinha que ser específico da "área jurídica". O indicado, que já havia prestado bons serviços por dez meses (O Congresso estava em recesso por causa da Revolta da Armada), teve sua indicação recusada pelo Senado.

No fim de janeiro do ano em curso, o primeiro ministro do Canadá, Brian Mulroney, deu exemplo de sua preocupação com a melhoria do Judiciário de seu país. Esqueceu, nessa hora publicamente relevante, seus interesses pessoais, suas amizades particulares. Foi recrutar dois nomes respeitados no círculo jurídico canadense. Indicou para a Suprema Corte, que é composta de nove magistrados, dois juízes que se notabilizaram na defesa das liberdades civis. Um dos indicados, Peter Cory, de 63 anos, é membro do Tribunal de Recursos (*Court of Appeals*) de Ontário. O outro, Charles Gonthier, de 60 anos, é juiz do Tribunal de Recursos de Quebec. Ambos - o que é muito importante no Canadá - falam fluentemente o inglês e o francês e se acham a par da importância da preservação dos valores históricos e culturais da civilização francesa para a formação canadense.

No Exterior, como aqui no Brasil, grande, pois, é a responsabilidade dos dois Poderes da República, pois deles dependem a boa ou a má formação do órgão de cúpula do Terceiro Poder, exatamente aquele que irá controlá-los a luz da Constituição. Os presidentes da República passam; o Senado se renova; o Judiciário fica e dele depende o dia-a-dia de cada um do povo.